da Marinha respeitante ao ano económico de 1933-1934, no capítulo 8.º «Intendência do Arsenal da Marinha — Direcção das Construções Navais», artigo 180.º «Material de consumo corrente», n.º 3) «Diversos não especificados para fornecimentos a fazer aos navios armados, etc.», devendo anular-se igual quantia na verba de 2:980.000\$ atribuída à Direcção dos Depósitos de Marinha e inscrita no mesmo capítulo e orçamento, artigo 199.º «Material de consumo corrente», n.º 1) «Material para os depósitos fornecerem aos navios, serviço de submersíveis, serviços auxiliares da marinha e brigadas, etc.».

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Maio de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caetano da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos
e Eléctricos

Decreto-lei n.º 23:936

Considerando que se torna necessário modificar a data em que a Junta do Rio Mondego, criada pela lei n.º 913, de 29 de Novembro de 1919, completada pela lei n.º 1:151, de 21 de Abril de 1921, deve submeter à aprovação superior os seus orçamentos ordinários;

Considerando que a mesma Junta, julgando que não estaria sujeita às disposições do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, efectuou pequenas despesas sem as formalidades legais;

Considerando que, por só ter sido aprovado definitivamente o orçamento ordinário para o ano económico de 1933-1934 em 5 de Dezembro do ano findo, a Junta se viu na necessidade de efectuar despesas antes da aprovação do mesmo orçamento, embora dentro das verbas orçamentais propostas, para não faltar a compromissos tomados em virtude de contratos superiormente aprovados, nem prejudicar o bom andamento dos serviços a seu cargo;

Tendo ainda em atenção o que já foi, em circunstâncias análogas, estabelecido para as juntas autónomas dos portos por decreto n.º 23:225, de 15 de Novembro de 1933;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Junta do Rio Mondego submeterá à aprovação superior, até 31 de Maio de cada ano, por intermédio da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, o seu orçamento ordinário para o ano económico seguinte e apresentará as suas contas relativas ao ano anterior, ao Tribunal de Contas, até 30 de Setembro, ficando em tudo sujeita às leis gerais sobre orçamentos, contabilidade e julgamento de contas.

§ único. A Junta do Rio Mondego elaborará dentro de três meses o projecto de reforma do seu regulamento privativo, em conformidade com a doutrina deste decreto-lei.

Art. 2.º (transitório). É extensivo à Junta do Rio

Mondego o disposto no artigo 2.º (transitório) do decreto-lei n.º 23:225, de 15 de Novembro de 1933.

Art. 3.º Fica revogado o n.º 2.º do artigo 16.º do regulamento da Junta, aprovado por decreto n.º 8:232, de 6 de Julho de 1922.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Maio de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caetano da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

Administração Geral do Porto de Lisboa

Decreto-lei n.º 23:937

Precisa a Administração Geral do Porto de Lisboa de construir arruamentos e esgotos no terrapleno norte da doca de Alcântara e os contratos para as respectivas empreitadas deverão dar lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico;

Nestes termos e tendo em atenção o disposto na alínea a) do artigo 30.º do decreto-lei n.º 22:257, de 25 de Fevereiro de 1933;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É concedida à Administração Geral do Porto de Lisboa autorização, nos termos da alínea a) do artigo 30.º do decreto-lei n.º 22:257, de 25 de Fevereiro de 1933, para celebrar contratos para a construção de arruamentos e esgotos no terrapleno norte da doca de Alcântara.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Maio de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caetano da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Secção do Pessoal Administrativo

Portaria n.º 7:834

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 1.º do artigo 13.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, rejeitar o diploma legislativo n.º 441, de 20 de Abril último, da colónia de Cabo Verde, publicado no respectivo *Boletim Oficial* n.º 16, de 21 do mesmo mês, por se não haver observado nas suas disposições o n.º 3.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica do Império.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Ministério das Colónias, 31 de Maio de 1934. — O Ministro das Colónias, Armindo Rodrigues Monteiro.